

Brasília, 11 de março de 2026

Seleção

Sumário

CNBC Brasil Online

Terça-feira, 10 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Inovação sem proteção perde valor: caso da polilaminina revela riscos na gestão de... 3

Folha.com

Terça-feira, 10 de março de 2026 | Marco regulatório | Anvisa

'Ozempic brasileiro' pode demorar, e preços ficam altos 6

Terça-feira, 10 de março de 2026 | Marco regulatório | Anvisa

EMS prevê comercializar genérico do Ozempic até setembro 8

Terça-feira, 10 de março de 2026 | Pirataria | Biopirataria

Proteção ao alto-mar é foco de evento internacional no RJ 9

UOL Notícias

Segunda-feira, 09 de março de 2026 | Inovação

Amazônia tem ciência e biodiversidade, mas falta inovação 11

Inovação sem proteção perde valor: caso da polilaminina revela riscos na gestão de patentes no setor farmacêutico



Nas últimas semanas, notícias sobre os efeitos da polilaminina e sobre a possível perda de direitos de patentes no exterior têm sido destaque em diversos meios.

A trajetória da polilaminina - biomaterial com potencial aplicação terapêutica e regenerativa - oferece um estudo de caso emblemático sobre gestão da **propriedade intelectual** no setor farmacêutico. Em um ambiente altamente regulado, competitivo e intensivo em capital, a proteção patentária não é apenas um instrumento jurídico: é um ativo estratégico que pode determinar se uma tecnologia chegará ao paciente ou permanecerá restrita ao **laboratório**.

Quando a ciência e o mercado não falam a mesma língua

A interação entre academia e indústria, especialmente no setor farmacêutico, enfrenta desafios estruturais, culturais e regulatórios que dificultam a transformação do conhecimento científico em inovação concreta. Universidades tendem a priorizar publicações, formação de recursos humanos e pesquisa de longo prazo, enquanto empresas buscam prazos definidos, retorno financeiro e proteção de **propriedade intelectual**, o que pode gerar desalinhamento de expectativas. No contexto farmacêutico, essa distância é ainda mais crítica, pois o desenvolvimento de um medicamento envolve alto risco científico, investimentos bilionários e um processo rigoroso de validação pré-clínica e clínica, além de exigências impostas pelas agências regulatórias.

Levar um produto "da bancada ao mercado" exige esforços constantes para superar etapas complexas como escalonamento produtivo, comprovação de segurança e eficácia, registro sanitário, estratégias de precificação e acesso, além da necessidade de parcerias estratégicas e financiamento contínuo. Nesse percurso, falhas na gestão da **propriedade intelectual** e na compreensão das demandas regulatórias podem retardar ou inviabilizar a chegada de inovações terapêuticas à sociedade.

Uma **patente** é um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou titulares, por meio do qual o inventor ou o detentor da **patente** tem o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar produto objeto de sua **patente** e/ou processo ou produto obtido diretamente por processo por ele patenteado. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela **patente**.

A proteção territorial é um dos princípios basilares do sistema de patentes. Portanto, requerer a proteção apenas no Brasil limita a exclusividade ao mercado nacional.

Sem a devida proteção em jurisdições estratégicas, os titulares - neste caso, a Universidade - perdem poder de negociação. O setor farmacêutico dificilmente investe se não houver exclusividade nos principais mercados de interesse. A consequência prática é a redução do valor da tecnologia, menor atratividade para licenciamento, possível apropriação por terceiros em países sem proteção e ausência de receitas futuras pelo pagamento de royalties.

A proteção da **propriedade intelectual** por meio de **patentes** envolve investimentos significativos, especialmente no exterior. Primeiro, devido à variação cambial, mas também pelos honorários locais. Para universidades públicas, que operam sob restrições orçamentárias, a decisão de internacionalizar uma invenção exige análise estratégica e priorização.

O que aconteceu com as patentes no exterior

Recentemente, a mídia tem noticiado massivamente alegações da pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Tatiana Sampaio, sobre a suposta perda da patente internacional da polilaminina em decorrência da interrupção de verbas para pesquisa, comprometendo o pagamento de taxas.

Contudo, o que se observa no caso da polilaminina não parece ser um mero corte de verbas, impossibilitando o pagamento de taxas oficiais.

Um pedido de patente foi depositado no Brasil em 2008 em nome da UFRJ, requerendo proteção para a polilaminina, o processo de produção dela, composição, método de tratamento e uso para fabricar medicamentos. Pedidos correspondentes também foram depositados no exterior e nacionalizados nos Estados Unidos e Europa via Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes, mais conhecido como PCT.

No Brasil, após análise técnica do **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**, o pedido chegou a ser indeferido, mas teve a proteção concedida em 2025 após significativa redução do escopo de proteção, restando apenas a proteção do uso da polilaminina para preparação de um medicamento para tratar lesões da medula espinhal e inflamações pulmonares em condições muito específicas. A **patente** concedida no Brasil está vigente até 05 de setembro de 2028, fim do prazo de 20 anos contados do depósito do pedido.

Nos Estados Unidos e Europa, os pedidos foram considerados abandonados em 2014 e 2015, respectivamente, por falta de resposta a questionamentos técnicos levantados durante a análise dos pedidos de **patente**. Durante o exame técnico, cada órgão regulador, como o **INPI** no Brasil, avalia se o pedido de **patente** atende aos requisitos de patenteabilidade: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. No exame dos três pedidos de **patente** desta família, artigos anteriores publicados de autoria da própria pesquisadora foram apontados como impeditivos para a concessão da **patente**, fato observado com frequência em invenções oriundas de universidades, frente à cultura de publicação de resultados em artigos técnicos predominante nas universidades e agências de fomento.

Portanto, o que parece é que o abandono dos pedidos de patente nos Estados Unidos e Europa

pode ter sido fruto de uma decisão estratégica da titular, decorrente de uma análise custo vs. benefício em manter ativo um pedido de patente com pouca chance de concessão ou com chances de concessão para um escopo que pode até deixar de cobrir o produto de interesse, e não a mera falta de pagamento de taxas oficiais, como tem sido especulado e viralizado na mídia.

Por outro lado, o Laboratório Cristália, atual produtor da polilaminina, solicitou proteção para processos de extração, purificação e polimerização da polilaminina, assim como para a polilaminina produzida pelo processo, o uso de lamininas para preparar composições farmacêuticas e um kit para preparo extemporâneo da composição farmacêutica, no Brasil em 2022 e no exterior (Argentina, Canadá, China,

Coreia, Europa, Japão, Israel, Índia e México) em 2023. Todos os pedidos ainda aguardam o início do exame e, caso as patentes sejam concedidas, terão validade de 20 anos: até 2042 no Brasil e até 2043 nos demais países.

O que esse caso ensina para não repetir o mesmo problema

Como pode ser visto, a experiência demonstra que o problema raramente é apenas jurídico - é de governança e planejamento. Projetos promissores como a polilaminina exigem roadmap claro de **propriedade intelectual**: definição prévia de países-alvo, avaliação de liberdade de operação (FTO), análise de patenteabilidade, estimativa de custos plurianuais e estratégia de divulgação e exploração.

Uma assessoria especializada em **propriedade intelectual** antecipa exigências técnicas, estrutura reivindicações robustas e alinha o depósito à estratégia regulatória e de marketing. Falhas na redação do pedido de **patente** ou divulgação da invenção sem planejamento podem limitar o escopo de proteção ou inviabilizar a proteção do produto de interesse.

No setor farmacêutico, um medicamento classificado como "blockbuster" pode gerar receitas superiores a US\$ 1 bilhão por ano. Ainda que a polilaminina dificilmente atingiria tal patamar, em vista da sua aplicação terapêutica e das limitações do seu processo de produção atual, os ganhos para a Universidade poderiam incluir royalties expressivos, contribuindo para o financiamento contínuo de pesquisa, fortalecimento institucional e estímulo ao ecossistema de inovação.

Continuação: ■

Inovação sem proteção perde valor: caso da polilaminina revela riscos na gestão de patentes no setor farmacêutico

Além do retorno financeiro, há ganhos reputacionais, atração de talentos e consolidação da cultura de **transferência de tecnologia**. Um único caso de sucesso pode transformar estruturalmente a política de inovação de uma instituição.

O caso da polilaminina nos ensina que inovação científica sem gestão da **propriedade intelectual** é oportunidade parcialmente perdida. A decisão de proteger, onde proteger e como explorar comercialmente não pode ser reativa. Requer visão de longo prazo, planejamento financeiro consistente e assessoria técnica qualificada. No setor farmacêutico, a **patente** não é o fim do processo - é o ponto de

partida para transformar conhecimento em impacto real na sociedade.

Ludmila Kawakami é especialista de patentes do Di Blasi, Parente & Associados.

'Ozempic brasileiro' pode demorar, e preços ficam altos



A patente da semaglutida, princípio ativo do Ozempic, cairá em 20 de março no Brasil. Mas a expectativa de comprar a caneta emagrecedora por um preço mais baixo não deve se concretizar neste mês, devido a dificuldades regulatórias e industriais.

A esses fatores somam-se os planos da Novo Nordisk, criadora do Ozempic, para se manter relevante no Brasil, seu oitavo maior mercado no mundo. A farmacêutica dinamarquesa passará a produzir em Minas Gerais suas canetas, hoje importadas.

A farmacêutica ainda avalia recorrer da decisão judicial que negou a extensão de sua patente, solicitada sob a justificativa de compensar os anos levados para conceder o registro - no Brasil, o prazo de 20 anos começa a contar a partir do pedido, e não da concessão.

Após derrotas no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o laboratório pode levar a discussão ao Supremo Tribunal Federal (STF). Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, porém, consideram improvável uma vitória, já que a medida poderia afetar não apenas o Ozempic, mas toda legislação de patentes do país.

De toda forma, é um cenário que pode resultar em um nível de concorrência ainda limitado entre as empresas brasileiras, o que levaria à prática de preços não muito abaixo do que já é visto hoje, segundo analistas do setor.

Entenda a seguir os entraves para a produção do "Ozempic brasileiro" - como a versão similar tem sido chamada -, um dos pivôs do mercado das canetas emagrecedoras, que viu seu faturamento dobrar no ano passado e movimentou cerca de R\$ 12 bilhões no Brasil.

As aprovações para a produção da semaglutida no Brasil devem começar a ser concedidas nas próximas semanas, segundo a **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)**, mas a falta de regulação às vésperas da queda da patente pode levar a atrasos nos lançamentos.

Ao todo, 14 pedidos para a produção de semaglutida são avaliados pela agência reguladora, que concederá no máximo três autorizações por semestre - um trabalho, portanto, que deve se estender até meados de 2028.

A EMS, maior farmacêutica do país e uma das primeiras que receberá o aval, diz que suas canetas chegarão às farmácias, na melhor das previsões, três meses após a obtenção do registro. A empresa, portanto, espera iniciar as vendas no segundo semestre.

A estimativa do Itaú BBA, setor do banco voltado a investidores, que tem se debruçado sobre este mercado, é de que o lançamento só aconteça em agosto.

"Só faremos qualquer produção após sair o registro. Podemos nos antecipar, mas só com a compra de matéria-prima", diz Marcus Sanchez, vice-presidente da EMS.

"Um medicamento de menor complexidade poderíamos colocar no mercado em 30 ou 45 dias após a queda de patente, mas este a gente acredita que em menos de 90 dias não é possível."

A previsão se ancora na experiência de ter produzido as primeiras canetas emagrecedoras brasileiras - a Olire e a Lirux, cujo princípio ativo é a liraglutida, o mesmo usado no Saxenda e no Victoza, da Novo Nordisk.

Mas o lançamento pode atrasar caso surjam intercorrências, principalmente ligadas à importação de

insumos e à distribuição para as farmácias, uma dificuldade constante em um país de dimensões continentais.

O segundo motivo que pode dificultar a chegada breve de um Ozempic mais barato é que nenhuma das canetas brasileiras será genérica, categoria que impõe aos laboratórios a obrigação de oferecer um desconto de ao menos 35% em relação ao medicamento de referência.

Os registros submetidos à [Anvisa](#) são, em sua maioria, de produtos similares. Essa classe permite que a farmacêutica conceda um desconto mais baixo, de cerca de 20%.

Ambos têm o mesmo princípio ativo. A diferença é que o genérico não tem marca comercial e é identificado pelo nome da substância, enquanto o similar tem nome próprio e embalagem personalizada.

As versões brasileiras, que ainda não tiveram seus nomes divulgados, poderão, portanto, ser vendidas a partir de R\$ 1.039,76, considerando que o Ozempic hoje sai por R\$ 1.299,70.

Não é incomum achar a caneta da Novo Nordisk por R\$ 999, mas isso se deve a um desconto do laboratório, que pode ser reduzido sem aviso nem justificativa, diferentemente do preço de tabela, que não pode ter altas sem autorização da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed).

Para estabelecer os preços tanto de similares quanto de genéricos, vale lembrar, são levados em consideração os preços máximos de tabela do medicamento original.

Após a queda da patente, a Novo Nordisk pode oferecer descontos maiores na tentativa de frear os concorrentes brasileiros, que, por sua vez, também poderiam baixar mais ainda os preços para se manterem competitivos.

A farmacêutica anunciou na semana passada promoções para o Wegovy : a caneta com a dose inicial será oferecida gratuitamente na compra de outra unidade com dosagem mais alta, usada posteriormente pelo paciente após a adaptação ao medicamento.

À BBC News Brasil, no entanto, nenhum dos executivos desses laboratórios quis detalhar como a queda das patentes impactará a concorrência e, consequentemente, os preços.

A EMS diz que não quer fazer promessas e só saberá o valor cobrado quando produzir sua caneta em larga escala. Já a empresa dinamarquesa afirma que reagirá às mudanças do mercado, mas apenas quando elas acontecerem.

Um estudo do Itaú BBA estima que a queda de preços poderá ser de 50% em cinco anos, mas, por hora, não deve ultrapassar os 30% - cenário no qual as canetas seriam vendidas por cerca de R\$ 900.

"Esse é um cálculo feito com base nas conversas que a gente teve com as farmacêuticas", diz Rodrigo Gastim, especialista em consumo do Itaú BBA, que assina um estudo recente sobre as canetas emagrecedoras ao lado de Vinicius Figueiredo, do time de saúde, e Gustavo Troyano, da área de alimentação.

"No começo, a gente assume uma premissa de queda de preço menor, porque são poucos produtos e são similares. As empresas vão tentar segurar o preço. Daqui a alguns anos, quando houver mais competição, é provável que a queda seja maior."

EMS prevê comercializar genérico do Ozempic até setembro



A farmacêutica EMS promete estar com a sua versão do concorrente Ozempic no mercado até setembro, se confirmada nos próximos 60 dias a autorização sanitária da **Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)**, afirma Marcus Sanchez, vice-presidente da empresa no Brasil.

A expectativa do mercado é que a patente da semaglutida, princípio ativo do Ozempic, caia agora em março. Com a queda, as canetas emagrecedoras, como Ozempic e Wegovy, poderão ser vendidas por outras empresas, desde que tenham registro da **Anvisa**. Um pedido da EMS está sob avaliação da agência.

"Nós estamos aguardando o registro, a autorização sanitária da **Anvisa**, que deve sair nos próximos 60 dias, e a partir daí a gente tem mais um período para colocar esse produto no mercado. Se a data se materializar, em setembro chegamos com o concorrente do Ozempic no mercado", diz Sanchez.

Sanchez conta que há 12 anos a empresa decidiu fazer investimentos com o objetivo de dominar a tecnologia proprietária das canetas de GLP-1 (o princípio ativo das canetas emagrecedoras), volume que hoje chega a R\$ 1,2 bilhão.

"Foi uma opção nossa, embora, é óbvio, não soubéssemos que esse mercado seria tão grande", diz Sanchez. Hoje, a EMS já comercializa a liraglutida [Saxenda].

Para Sanchez, é difícil mensurar o tamanho do mercado de canetas emagrecedoras no Brasil, já

que o medicamento mira vários grupos, como obesos e diabéticos, e é, segundo o executivo, um produto de uso contínuo. Sanchez se diz usuário de caneta emagrecedora, com a qual perdeu 35 quilos.

"Se você fizer uma mudança de vida radical, você até consegue deixar a caneta, mas sabemos que apenas cerca de 10% dessa população consegue isso. Então, estamos falando de um produto de uso contínuo", diz.

Sanchez diz que o produto da EMS deve chegar ao mercado 20% mais barato que o medicamento de referência e prevê que essa queda se aprofunde mais adiante, em razão do que chama de "reorganização da produção": uma combinação de queda dos preços da matéria-prima, aumento da concorrência e redução de margens de lucro. A própria EMS tem falado que há potencial para uma queda de até 35% nos preços.

Na semana passada, a EMS anunciou a compra da Medley, produtora de genéricos da francesa Sanofi. Atualmente, diz Sanchez, há um equilíbrio, no faturamento da EMS, entre genéricos e medicamentos de prescrição médica.

Segundo ele, se aprovada pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), a compra da Medley pode fazer a balança pender para os genéricos, mas a venda das canetas tem potencial para reequilibrar esse jogo. "Passando o Cade, a participação de genéricos [no faturamento] será um pouco maior, mas, com o lançamento das canetas de GLP-1, esse equilíbrio deve voltar", diz Sanchez.

A marca EMS fatura R\$ 7 bilhões e o grupo, R\$ 10 bilhões.

No ano passado, as empresas que operam no varejo farmacêutico brasileiro faturaram R\$ 128,6 bilhões, uma alta de 12% sobre 2024 impulsionada justamente pelas vendas de canetas emagrecedoras, como Mounjaro, Ozempic e Wegovy.

Proteção ao alto-mar é foco de evento internacional no RJ



Cientistas, autoridades e organizações da sociedade civil de vários países se reúnem na cidade do Rio de Janeiro para debater estratégias de implementação do primeiro acordo global para proteção do alto-mar. Desta terça (10) até quinta (12), o Museu do Amanhã recebe a terceira edição do simpósio internacional sobre o tratado, que pela primeira vez acontecerá com o texto em vigor.

As chamadas "águas internacionais" cobrem quase metade do planeta, mas não dispunham de uma legislação específica e abrangente até recentemente. Em janeiro, após quase 20 anos de negociações multilaterais, o BBNJ (sigla em inglês para Acordo de Biodiversidade Marinha Além da Jurisdição Nacional), conhecido também como Tratado do Alto-Mar, entrou em ação.

O acordo, que tem força de lei internacional, estabelece regras para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha na área que está mais do que 200 milhas náuticas (370 quilômetros) distante da costa.

Mesmo que já esteja em vigor, porém, ainda há obstáculos técnicos para que ele seja, de fato, colocado em prática. Assim, os especialistas que participarão do simpósio - que tem como tema central o papel da ciência e do conhecimento no BBNJ - devem elaborar recomendações para auxiliar esse processo.

O evento é organizado pelo Inpo (Instituto Nacional de Pesquisa Oceânica), vinculado ao Ministério da

Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com o museu, a prefeitura do Rio e Instituto de Desenvolvimento e Gestão, além do apoio de diversas organizações sem fins lucrativos.

"Ao longo do simpósio, especialistas de diferentes áreas discutirão temas centrais para a implementação do acordo, desde a própria biodiversidade do alto-mar até a interface entre ciência e política, mudanças climáticas e governança internacional", afirma Andrei Polejack, diretor de pesquisa e inovação do Inpo.

"O evento contribui para ampliar a participação de diferentes países e instituições nesse debate, fortalecendo capacidades e promovendo colaboração", acrescenta.

Ratificado por 86 países, o BBNJ aborda quatro questões principais: **recursos genéticos** marinhos, incluindo a partilha equitativa dos benefícios adquiridos a partir deles; ferramentas de gestão e áreas marinhas protegidas; avaliações de impacto ambiental; e capacitação e **transferência de tecnologia**. Além disso, o texto trata de questões transversais, como financiamento.

"[O acordo] pode trazer benefícios para a vida nos oceanos como um todo e até para os países não costeiros. Mas essa amplitude e diversidade também implicam em um esforço maior para encontrar soluções comuns de governança", aponta o oceanólogo Ademilson Zamboni, diretor-geral da ONG Oceana, ressaltando o papel do simpósio nesse processo.

A programação inclui nomes como a embaixadora de Belize Janine Felson, que coordena o processo preparatório do BBNJ no âmbito das Nações Unidas, e Lisa Levin, cientista do Scripps Institution of Oceanography, especialista nos impactos das mudanças climáticas no oceano profundo.

Entre os palestrantes nacionais estão a bióloga Marinez Scherer, enviada especial para oceanos da COP30; o professor do Instituto Oceanográfico da USP Alexander Turra; e a oceanógrafa Regina Rodrigues, pesquisadora da Universidade Federal de

Continuação: Proteção ao alto-mar é foco de evento internacional no RJ

Santa Catarina.

Amazônia tem ciência e biodiversidade, mas falta inovação



Carlos Nobre

A exuberância da biodiversidade amazônica é reconhecida mundialmente. Cientistas destacam 50 mil espécies de plantas superiores, sendo 16 mil árvores na região. O Banco Mundial calcula que a floresta amazônica em pé teria um valor de US\$ 317 bilhões por ano, o que equivaleria a todos os produtos exportados pelo Pará durante 13,7 anos.



10.03.26 - Guia de Compras: areia higiênica para gatos da Viva Verde vale a pena?

A riqueza da biodiversidade amazônica, vista pela ótica exportadora da região, é pequena, diminuta mesmo, senão vejamos. O Pará, que exportou US\$ 23 bilhões em 2024, usou a floresta para produzir 6,7 milhões de m³ de madeira, obtendo um faturamento de cerca de US\$ 500 milhões, enquanto o cultivo do açaí chegou a US\$ 1 bilhão no mesmo ano.

Um cálculo aproximado mostra que milhões de árvores da floresta foram cortadas para produzir uma matéria-prima de valor muito baixo. De fato, a economia da Amazônia é fortemente baseada em commodities: minérios (80,4%), soja, milho e pecuária, embora tenha todas as condições de ser um player importante na produção de medicamentos, cosméticos e alimentos de base florestal.



Esqueça a Ferrante: causa espanto o que Édouard Louis espera do seu leitor

Continua após a publicidade

O mercado de alimentos no Brasil é de R\$ 1,27 trilhão, mas os brasileiros fora da Amazônia conhecem basicamente açaí, cacau, guaraná, castanha-do-pará e, eventualmente, cupuaçu. Naturalmente, porque ? embora haja uma ou outra exceção ? são esses alimentos que produzimos aqui na Amazônia e que conseguem ultrapassar as barreiras sanitárias.

Continuação: Amazônia tem ciência e biodiversidade, mas falta inovação



A maior parte das 250 frutas comestíveis registradas em livros e documentos sobre a Amazônia não é produzida industrialmente. O Ministério do Meio Ambiente registra cerca de 50 dessas frutas que, de algum modo, poderiam ser comercializadas como alimentos nutricionais, condimentares, corantes ou fibras.

Essas são apenas algumas das frutas da floresta, como biribá, cupuaçu, taperebá, cacauí, pajurá, pupunha, tucumã, entre muitas outras. O sorvete de muruci, por exemplo, tem aroma frutal intenso e gosto que lembra o de certos queijos franceses. O ajiru, com sabor levemente salgado, é uma fruta incomum que poderia gerar um produto inovador.



O que falta, então, para a Amazônia mostrar ao mundo essas maravilhas?

De um lado, o entendimento tecnológico do sistema produtivo, do manejo e da adaptação climática dessas frutas. De outro, volume de produção, con-

trole de qualidade, certificações, distribuição, logística e marketing.



Aos 13 anos ela decidiu questionar leis sem sentido: conheça Peri Rossi

Esse é o caso de frutas que se deterioram com muita facilidade, como o limão amazônico, aqui chamado de "galego", que nada tem a ver com o galego ou o siciliano que a região Sul do país conhece. O limão amazônico é do tamanho de uma laranja ou maior, como um grapefruit, tem acidez baixa, é muito aromático e floral, e até suas folhas poderiam ser usadas como condimento, já que lembram o kaffir.

Processos de industrialização aprendidos nas engenharias de alimentos poderiam resolver facilmente esses problemas. No entanto, na Embrapa Amazônia Oriental, em Belém, terra do açaí, pesquisadores se debruçam também sobre o cultivo e a comercialização de frutas da Tailândia, Malásia e Indonésia, como rambutan, noni e mangustão.

Continuação: Amazônia tem ciência e biodiversidade, mas falta inovação



08/03/2026 - Flash Linda Desodorante Colônia 100 ml

Um mundo de sabores tropicais das deliciosas frutas da Amazônia espera que escolas e universidades da região se dediquem aos produtos da nossa floresta, que, com tecnologia, podem chegar aos exigentes mercados brasileiro e europeu.

Nesse caso, o Brasil poderia produzir até azeites gourmet da Amazônia, com grande possibilidade de aceitação por chefs da França, desde que houvesse pesquisa e desenvolvimento dos óleos vegetais da castanha-do-pará, do tucumã ou do pataúá.



Parcial UOL: Sister lidera votos e pode ser eliminada no 8º Paredão do BBB

Outro mercado brasileiro pujante é o de cosméticos, que em 2024 chegou a US\$ 37,4 bilhões, o terceiro maior do mundo, logo após China e Estados Unidos. Em sua maioria nacionais, são 3.630 empresas, que empregam 154 mil trabalhadores e geram cerca de R\$ 590 milhões em impostos.

Empresas de base sustentável, como a Natura, usam os abundantes óleos e gorduras vegetais, ácidos graxos e corantes, insumos da floresta amazônica. Uma centena de plantas amazônicas produz óleos vegetais comestíveis, como os da castanha-do-pará, do buriti e do tucumã, além de óleos medicinais, como o da andiroba.



Bárbara Saryne: Intimidação de Babu com Ana Paula ficou feia no Sincero

Entre as 89 empresas de cosméticos instaladas na Amazônia, são poucas as que produzem dermocosméticos ? produtos que se aproximam de medicamentos de uso tópico e contêm alta concentração de substâncias bioativas, como antioxidantes fenólicos, com atividade farmacológica comprovada em ensaios de segurança e eficácia.

Esses compostos atuam no controle do envelhecimento, na acne, na hidratação e na firmeza da pele, diferenciando-se de um simples cosmético.



Corinthians planeja aumento a André após venda frustrada para o Milan

Em suma, a rica biodiversidade amazônica é abundante em papers, conhecimento científico e saberes

de povos indígenas, quilombolas e comunidades locais, mas ainda é pobre em tecnologia.

A ciência é boa, mas muitas vezes não resulta em patentes e produtos. O conhecimento gerado nas ICTs e nas universidades permanece restrito a pesquisadores e cientistas. A divulgação dos benefícios que poderiam chegar às pessoas comuns e aos empresários não ocorre plenamente, e o conhecimento não se transforma em negócios.



Mãe é presa suspeita de enviar foto da filha a piloto investigado por abuso

Mudar esse paradigma não parece simples para legisladores e para os detentores dos recursos destinados às instituições. De fato, falta muitas vezes pragmatismo por parte de quem financia a pesquisa, com programas claramente rotulados para "uso no desenvolvimento de produtos da biodiversidade".

O que se pode fazer para manter vivas as empresas da sociobiodiversidade na Amazônia?

Recursos, com menos burocracia, são certamente o primeiro passo. Inovar é caro. Para a pesquisa e desenvolvimento de um dermocosmético com segurança e eficácia, o custo não é menor que R\$ 300

mil. Mas recursos, sozinhos, não bastam.

Unidades como Embrapii e Sebrae são bem-vindas, com recursos e mentoria ajudando empresas a se manterem vivas e competitivas no mercado -- e exigem pouca burocracia.

Parte dos recursos das ICTs e universidades deveria ser destinada obrigatoriamente à **inovação tecnológica**, com auditorias que garantam entregas concretas: tecnologias, know-how, protótipos e produtos.

Recursos para associações e comunidades de trabalhadores amazônicos são importantes, mas, para a pesquisa, desenvolvimento e inovação, é necessária cooperação com ICTs e universidades.

Pesquisadores que geram tecnologia nas universidades e ICTs devem ter permissão para abrir empresas, pois são centrais no desenvolvimento tecnológico e na transformação da pesquisa em produtos.

*Lauro E. S. Barata é doutor em Química pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutor pelo CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), Institut de Chimie des Substances Naturelles. É professor visitante da University of London, School of Pharmacy.

Reportagem

Texto que relata acontecimentos, baseado em fatos e dados observados ou verificados diretamente pelo jornalista ou obtidos pelo acesso a fontes jornalísticas reconhecidas e confiáveis.

Índice remissivo de assuntos

Inovação	1,2,3,9,10,11,12
Marco regulatório Anvisa	4,5,6
Marco regulatório INPI	1,2,3
Patentes	1,2,3
Pirataria Biopirataria	7,8
Propriedade Industrial	1,2,3
Propriedade Intelectual	1,2,3